

# A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade

*Márcio Mucedula Aguiar*

Doutor em Sociologia. Professor na UNITRI e Católica de Uberlândia.  
marciomucaeag@uol.com.br

## Resumo

A proposta central deste artigo é discutir, da perspectiva da Sociologia, a construção da intersecção das categorias gênero, classe e raça e entender como as diferenças sociais são estruturadas por hierarquias raciais.

**Palavras-Chave:** Hierarquias Sociais. Sociologia. Preconceito. Discriminação

## Abstract

The main proposal of this paper is to discuss, from the perspective of Sociology, the construction of the intersection of the categories: gender, class and race and understand how social differences are structured by racial hierarchies.

**Keywords:** Sociology. Categories. Differences. Social Hierarchies.

As Hierarquias Sociais constituem-se um dos temas fundadores das Ciências Sociais. De Marx a Max Weber, dentre outros, essa problemática é fundamental. Na Filosofia Moral esses estudos sempre foram associados aos privilégios e ao sentimento de Honra Social<sup>1</sup>. No Brasil, a questão do preconceito e da discriminação, estão implicados na associação entre a raça e classe. Esse texto pretende fazer um esclarecimento preliminar sobre esses conceitos.

Karl Marx, sem dúvida nenhuma, foi um dos que mais se preocupou com os estudos das hierarquias sociais. Sua interpretação do capitalismo bem como das possibilidades de sua superação estão intimamente ligados à sua teoria das classes sociais. Para Marx, as classes sociais são realidades objetivas decorrentes de posições que os sujeitos ocupam na esfera produtiva. A posse ou ausência do capital define o pertencimento a uma das classes fundamentais: burgueses ou proletários. Essas posições na estrutura social implicariam na criação de interesses e orientações que possibilitariam uma ação comum entre os membros de uma mesma classe. O seu conceito de classe só tem sentido no

corpo de sua teoria geral do funcionamento do capitalismo.

Essa distinção se faz necessária para pensarmos um pouco como se formam os conceitos dentro das Ciências Sociais. Segundo Guimarães<sup>2</sup>, nas Ciências Sociais existem dois tipos de conceitos: os nativos e os analíticos. Os conceitos nativos estão ligados àquelas categorias que são criadas e têm sentido dentro do mundo prático e efetivo. São conceitos desenvolvidos historicamente e com sentido para um determinado grupo humano. Fazem parte do senso comum das pessoas e das formas como elas se classificam ou classificam as outras. Quanto aos conceitos analíticos estes só fazem sentido no corpo de uma determinada teoria científica. Nesse sentido, o cientista social procura observar como as pessoas se classificam e pensam as hierarquias, por exemplo, como os trabalhadores percebem e elaboram sua própria condição de classe. De alguma maneira os conceitos analíticos nascem a partir do estudo dessas fontes. O cientista social procura dar um sentido mais preciso que só tem lógica dentre uma teoria mais ampla de um fenômeno social.

Feito esse esclarecimento, voltemos à discussão

<sup>1</sup> GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

<sup>2</sup> GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. *Como trabalhar com raça em Sociologia*. Educação e Pesquisa. Vol. 29 n° 1 São Paulo Jan/Jun, 2003.

das classes sociais. Observamos que para Marx, a classe era um conceito objetivo decorrente da esfera produtiva. Max Weber amplia o debate, na medida em que separa na sua teoria as dimensões econômicas, políticas e sociais da distribuição do poder na sociedade. Lembremos que a temática das hierarquias sociais está relacionada à distribuição de poder na sociedade. A classe social decorreria da posse de determinados bens que tem importância decisiva na esfera do mercado. Existem situações em que o critério de pertencimento ao grupo é a honra e o prestígio social. As relações sociais são baseadas nas regras de pertença a grupos de status ou estamentos. Se a situação de classe é condicionada por motivos puramente econômicos, a situação estamental é condicionada ao sentimento de “(...) uma estima específica – positiva ou negativa – da honra adscrita a alguma qualidade comum a muitas pessoas. (...) a honra...é expressa na exigência de um modo de vida determinado para todos que queiram pertencer ao seu círculo.”<sup>3</sup>

Analiticamente, a classe foi vista como uma associação ou como uma comunidade. Quando se pensa a classe como comunidade, pode ser associada a uma comunidade de destino ou de origem. Aqui quando se pensa na origem, esse discurso pode ser equiparado às raças e etnias. Essa idéia da classe como comunidade nos remete à idéia de que essa categoria sempre é um processo em formação e nunca algo permanente, pois, necessita de um discurso de origem ou destino.<sup>4</sup>

No Brasil temos algumas hierarquias que combinam com a classe, raça ou a cor a que estão intimamente ligadas ao processo de formação de nossas diferenças sociais. Sabemos que atualmente com o desenvolvimento científico das ciências naturais e sociais o conceito de raça é cada vez mais questionado em sua eficácia científica. Não existe nenhuma pesquisa que comprove que a cor da pele, ou outras características físicas implicariam em certos comportamentos morais ou qualidades essenciais a um determinado povo como se acreditava no final do século XIX. No final da segunda guerra mundial depois do holocausto

nazista, houve um esforço muito grande por parte de geneticistas, biólogos, antropólogos e sociólogos no sentido de banir o conceito de raça das ciências. As pesquisas de Marx e Durkheim bem como antropólogos como Franz Boas demonstraram que o mundo social tinha uma especificidade própria, diferente das ordens naturais. O conceito de cultura seria muito mais viável para se pensar as diferenças humanas do que o conceito de raça. O mundo social está intimamente ligado a um universo simbólico que lhe dá sentido e significado.

Se do ponto de vista da natureza o conceito de raça não se sustenta para discutir nossas diferenças, apesar disso, ele ainda opera na vida social. Os seres humanos se pensam e se classificam enquanto pertencentes às raças. Sociologicamente poderíamos dizer que a raça é uma construção social. Ou seja, a cor ou raça de uma pessoa está associada a certo significado simbólico. Sabemos que ser negro e branco no Brasil implicam em diferenças de tratamento, por exemplo, no acesso ao mercado de trabalho ou no critério estético.

No caso brasileiro nossa noção nativa de cor pode ser associada a uma derivação a idéia de raça.<sup>5</sup> A raça ou a cor funciona como um critério relevante no preenchimento de posições na estrutura de classes.<sup>6</sup> Nesse sentido, a raça funciona como um mecanismo adscritivo de criação de desvantagens no acesso ao mercado de trabalho e outros setores da vida social.

É comum acreditar que a situação dos afro-descendentes no Brasil de se encontrarem nas camadas mais pobres da população se deve muito mais à pobreza e ao passado escravista do que à existência do preconceito e da discriminação em nossa sociedade. A existência de uma extensa miscigenação teria criado uma sociedade híbrida e, portanto, mais tolerante com as diferenças. Em nosso caso a fronteira entre raça e classe é muito tênue. Pode-se afirmar que a pobreza tem cor no Brasil. Portanto, a raça ou cor, são conceitos essenciais para se pensar as hierarquias sociais.

Lembro-me de um evento de discussão sobre a implementação das chamadas ações afirmativas no

<sup>3</sup> Apud BARBOSA, Lucia Maria de Assunção et al. *De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. São Paulo: EDUFSCar, 2003, p. 124.

<sup>4</sup> GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Op.cit.* 2003.

<sup>5</sup> Idem, 2002.

<sup>6</sup> HASENBALG, Carlos A. (1979). *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.

Brasil, onde uma estudante indignada com o professor contrário a essas políticas fez uma colocação em que ela ilustrava muito bem o teor de nossas hierarquias. Num discurso emocionado ela afirmava que era negra, mulher, pobre e gorda e preferia ser discriminada com um diploma obtido através do acesso à universidade por um sistema de cotas do que continuar sendo discriminada sem acesso à universidade. Em sua fala demonstrou pelo menos quatro fatores que fundamentam as hierarquias sociais no Brasil: a cor, o gênero, a classe e o padrão estético.

O Gênero é uma das dimensões fundamentais na construção das hierarquias sociais. Pode-se observar que esse conceito começa a ser considerado importante para se pensar nossas hierarquias a partir da década de oitenta com a ascensão dos chamados Novos Movimentos Sociais. Benhabib e Cornell<sup>7</sup> demonstram como o surgimento do movimento feminista e a chamada nova esquerda levam a uma reestruturação teórica a partir da perspectiva feminista. Poderíamos ampliar, não só o movimento feminista, mas também o movimento negro e outros movimentos que colocam problemas aos conceitos desenvolvidos pela tradição ocidental.

Tais movimentos acabam por questionar as categorias fundamentais da ciência, teorias e metodologias ocidentais. Para essas autoras há uma necessidade de mudança do paradigma marxista para o pensamento feminista. O que seria esse chamado indivíduo portador da razão e que busca a liberdade? Será que ele possui gênero, cor e etc.? Será que tais diferenças têm alguma atuação na formação do seu eu e da sua posição social?

Podemos observar que o marxismo ortodoxo possui alguns pressupostos: o materialismo histórico que enquanto ciência busca generalizações semelhantes a leis; essa concepção coloca que as transformações sociais são determinadas em última análise pelas relações de produção; que a consciência de grupo está ligada à posição ocupada na esfera econômica e nesse sentido as classes sociais são os atores coletivos mais importantes.

Segundo essas autoras a tradição de pensamento ocidental é marcada pela construção de um conceito de razão deontológico. Nesse sentido, o pensamento

ocidental faz uma distinção entre o sujeito e o conhecimento. O conhecimento torna-se possível devido à existência de um sujeito que é portador da razão, este sujeito existe independente das condições históricas e é uma categoria universal. Tal conceito é semelhante ao conceito de indivíduo que aparece nas teorias contratualistas, um indivíduo portador da razão percebe a necessidade da criação de um contrato social para que sua existência seja garantida através da criação do Estado.

A chamada razão deontológica acaba por reduzir os conceitos à sua essência deixando de lado a particularidade. Nesse sentido, o próprio conceito de cidadania não leva em consideração as particularidades dos vários grupos sociais. Portanto, essa razão como conceito deontológico é incapaz de pensar a diferença e particularidade sem reduzi-la à irracionalidade.

Para as autoras a própria dicotomia entre vida pública e privada não é capaz de perceber as especificidades e os anseios frutos da condição de gênero da mulher. A esfera pública de uma forma geral foi identificada como o locus do indivíduo, onde este indivíduo na busca do bem comum contribui para o bem geral. Enquanto a esfera privada foi identificada como o espaço do amor e da afeição. De certa forma, a esfera pública é o espaço da razão enquanto a esfera privada é o espaço por excelência da família. Ou seja, cabe confinar a mulher no espaço privado e é neste locus que se realizam a socialização dos filhos, atividade praticamente identificada ao papel da mulher. Nessa perspectiva, as mulheres passam a ser “naturalmente” confinadas à esfera de vida privada.

Ainda segundo as autoras, torna-se necessário uma redefinição das categorias público e privado com a incorporação de padrões de comportamento e emocionalidade que antes eram identificados ao feminino e “confinados” à esfera privada. O feminismo ao questionar o conceito deontológico de razão e a dicotomia pública e privada acaba também por demonstrar que o princípio normativo e dispositivo institucional da teoria política liberal não consegue lidar com as diferenças. Portanto, o conceito de indivíduo (persona público) é prejudicado pela desigualdade, assimetria e dominação que

---

<sup>7</sup> BENHABIB, S.; CORNELL. *Feminismo como Crítica da Modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

permeia a identidade privada desse sujeito dotado de gênero. O enfoque liberal do eu tem a perda da compreensão do eu dotado de gênero, e poderíamos ampliar, o eu marcado pela identidade étnico-racial. A crítica do feminismo coincide dessa forma como uma série de argumentos que permitem questionar o pensamento ocidental.

Para Boaventura Souza Santos<sup>8</sup>, a Sociologia da década de 80 vai ser dominada pela temática dos novos movimentos sociais que se configuram em novos atores políticos. Este autor observa que, as transformações geradas pelo excesso de regulação do modelo fordista acabaram possibilitando o surgimento de um conjunto de movimentos emancipatórios que buscaram desvendar formas de opressão que transcendiam o ambiente de produção. Ou seja, antes o principal movimento emancipatório era o operário. Suas demandas eram fortemente ligadas às questões econômicas. A desigualdade econômica era vista como principal fonte de estruturação das desigualdades sociais. Sua luta se concentra basicamente na luta pelas melhores condições de vida do operariado. Tal processo em linhas gerais culminará no desenvolvimento do chamado Estado de Bem-Estar Social. Progressivamente este Estado garante um conjunto de direitos sociais começa tendo como consequência uma maior regulação da vida social.

A novidade maior dos NMSs reside em que constituem tanto uma crítica de regulação social capitalista, como uma crítica da emancipação social socialista tal como ela é definida pelo marxismo. Ao identificar novas formas de opressão que extravasam das relações de produção e nem sequer são específicas delas, como sejam a guerra, a poluição, o machismo, o racismo ou produtivismo, e ao advogar um paradigma social menos assente na riqueza e no bem-estar material do que na cultura e na qualidade de vida, os excessos de regulação da modernidade. Tais excessos atingem, não só o modo que se produz, mas também o modo como se descansa e vive; a pobreza e as assimetrias das

relações sociais são a outra face da alienação e do desequilíbrio interior dos indivíduos; finalmente, essas formas de opressão não atingem especificamente uma classe social e sim grupos sociais transclassistas ou mesmo a sociedade no seu todo.<sup>9</sup>

A citação é longa, mas essencial para entender as críticas tanto do Movimento Feminista como do Movimento negro ao movimento operário. Se boa parte das hierarquias se constroem a partir da classe, existem outras diferenças que são geradoras de desigualdade que necessariamente não derivam da posição de classe. Ou dito de outra maneira, existem certas hierarquias que se combinam à classe social gerando certas especificidades de opressão que o movimento operário desconsiderou.

As mulheres sempre tiveram um papel importante na luta do movimento operário. Apesar disso, em seus lares continuavam oprimidas tendo que conciliar o mundo do trabalho com as tarefas domésticas, o cuidado dos filhos, considerados uma atribuição natural das mulheres. Segundo Stolcke<sup>10</sup>, o termo gênero enquanto categoria analítica foi introduzido nos estudos feministas na década de 80. Antes, as funções associadas às mulheres como a maternidade e o cuidado com o lar eram vistas como atribuições “naturais” do sexo feminino. Tal naturalização do comportamento feminino fundamentava uma série de desigualdades e hierarquias.

Os estudos feministas passaram a utilizar o termo gênero para interpretar as relações entre homens e mulheres. Gênero designaria os significados simbólicos e sociais associados ao sexo. Com isso era possível observar que certas atividades associadas ao feminino muito mais que uma atribuição “natural” ligada ao sexo, era uma construção sócio-cultural que justificava a subordinação das mulheres aos homens. As desigualdades entre homens e mulheres eram, portanto, naturalizadas.

Para Stolcke<sup>11</sup> os estudos sobre as mulheres enfatizam principalmente suas experiências, sejam as benéficas como as prejudiciais. Já os estudos de

<sup>8</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1999, pág. 256.

<sup>9</sup> Boaventura Souza Santos. *Op. cit.*, pág. 258.

<sup>10</sup> STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos*, (20): 101-119, junho de 1991.

<sup>11</sup> *Idem*, p. 103

gênero percebiam que a situação das mulheres só poderiam ser apreendidas numa abordagem relacional, ou seja, na relação entre homens e mulheres. Nessas relações hierárquicas que demarcam funções associadas ao sexo, lugares sociais e padrões de comportamento é que se pode perceber como o gênero é uma dimensão importante na construção de nossas hierarquias.

Apesar disso, segundo Stolcke a teoria feminista concebia as mulheres como uma categoria social indiferenciada. Isso gerou uma insatisfação das mulheres negras com relação a falta de sensibilidade por parte do movimento feminista em relação as formas de opressão específicas sofridas pelas mulheres negras. Seria necessário abordar a maneira como gênero, classe e raça se cruzam para criar não apenas fatores comuns, mas também diferenças na experiência das mulheres.

A mulher negra no Brasil é discriminada duas vezes: por ser mulher e por ser negra. Retomemos o depoimento da estudante negra, que ressalta claramente a intersecção de vários fatores na construção das hierarquias associadas às mulheres negras. Há uma dimensão ligada à classe social. Ou seja, essas mulheres sofrem a discriminação associada à falta de recursos econômicos e à sua posição subalterna ligada ao trabalho manual. Para uma compreensão melhor dessa desigualdade não se pode deixar de acrescentar a dimensão étnico-racial, as mulheres negras pertencem a um grupo social historicamente discriminado. Suas características físicas ligadas à negritude foram estigmatizadas. Pensemos no padrão estético. Numa cultura de forte viés eurocêntrico o belo está associado à pele branca, cabelos lisos e olhos claros. Nossos meios de comunicação, livros didáticos reforçam um padrão de beleza que coloca a mulher negra numa condição de inferioridade.

Nas novelas e programas infantis as protagonistas em sua maioria são brancas, na década de oitenta, boa parte das apresentadoras de programas infantis eram brancas. Nas novelas, a maioria das personagens negras exercem atividades subalternas como domésticas, criadas e ajudantes.

Agora recentemente que essa dimensão começa a ser repensada, principalmente pela pressão das organizações do Movimento Negro. Associa-se a mulher negra às atividades manuais, muitas pessoas consideram “natural” as empregadas domésticas serem negras.

Bernardino em seu estudo sobre a hierarquia e cor entre empregadas domésticas demonstra como essas hierarquias beneficiam as mulheres brancas de classe média:

O estudo sobre empregadas domésticas revela algumas ambigüidades do processo de urbanização do Brasil, entre elas o fato de que a emancipação das mulheres brancas de classe média não se estendeu às mulheres negras pobres (Cf, Guimarães, 2002). Ao contrário, foi através da condição oprimida destas últimas que as mulheres brancas de classe média alcançaram o seu grau de liberdade, salvando-se das eventuais tiranias no âmbito doméstico.<sup>12</sup>

Como se pode observar a dimensão de gênero assume um papel importante na construção das hierarquias sociais. No caso da mulher negra é necessário acrescentar essa dimensão ligada à cor ou raça. Ou seja, a compreensão da situação das mulheres negras depende da intersecção desses dois fatores: o gênero a cor ou raça.

A relação entre cor e hierarquia social no Brasil é uma dimensão há muito tempo estudada por sociólogos brasileiros. Além dos trabalhos de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, um autor pouco lembrado, mas fundamental para entender a construção de nossas hierarquias é o sociólogo Oracy Nogueira.

No final da década de 50 Nogueira<sup>13</sup> demonstrava a existência de um preconceito diferente do existente nos Estados Unidos. Oracy Nogueira classificava nosso preconceito como de marca e não de origem. Possuir um padrão estético diferente da cor branca, ter uma condição social inferior, executar certos tipos de trabalho todos esses fatores atuavam no sentido de preterir os negros em relação aos brancos.

<sup>12</sup> BERNARDINO, Joaze. Hierarquia e cor entre empregadas domésticas em Goiânia. In. : Barbosa, Lúcia Maria de Assunção...et al. *De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2003, p. 240.

<sup>13</sup> NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp, 1998.

Este tipo de preconceito estabeleceria uma gradação de cores, do mais escuro ao branco. Quanto mais próximo da cor branca maiores as probabilidades de uma pessoa ascender socialmente. Um preconceito mais assimilacionista criando dificuldade para percepção do racismo e dificultando a criação de uma identidade negra forte diferente do padrão norte-americano. Nos Estados Unidos a origem da pessoa é que define sua condição racial.

Dito isso, falta falar de um outro conceito, a etnicidade. Segundo Hofbauer<sup>14</sup>, foi o antropólogo Franz Boas, o primeiro pensador a se rebelar contra o valor explicativo atribuído à raça. Boas reivindicava uma separação absoluta entre a Raça (âmbito biológico) e a Cultura ou Culturas Humanas. Boas conseguiu demonstrar que o âmbito biológico não tem quase influência nenhuma sobre o desenvolvimento das culturas humanas.

No final dos anos 60 alguns antropólogos começaram a perceber que o conceito de cultura não conseguia analisar certas situações do mundo empírico. Observa-se que as fronteiras das culturas não coincidiam com as fronteiras grupais. Era possível que dois grupos compartilhassem características em comum como língua e religião e, no, entanto se sentissem diferentes um do outro.

Os estudos de Frederik Barth sobre os grupos Étnicos e suas fronteiras demonstrou que não existem diferenças objetivas que levem a seres humanos criarem grupos étnicos diferentes. Os grupos escolhem alguns sinais ou traços diacríticos, como por exemplo, a cor da pele, a vestimenta ou tipo de cabelo para afirmarem sua diferença em relação a outros grupos. Portanto, a identidade é sempre um fenômeno relacional, processual e contrativo. A questão da identidade e da etnicidade apontam para um caráter mais subjetivo de construção de nossas identidades sociais e hierarquias.

Podemos perceber que a classe, raça e etnicidade são conceitos importantes para se pensar as

fronteiras das diferenças. Talvez a reflexão sobre essas fronteiras sejam essenciais para que um dia tenhamos uma sociedade onde não existam fronteiras da diferença mas respeito e convívio harmônicos entre as mesmas.

## Referências:

BENHABIB, S.; CORNELL. *Feminismo como Crítica da Modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BERNARDINO, Joaze. "Hierarquia e cor entre empregadas domésticas em Goiânia." In: : Barbosa, Lúcia Maria de Assunção...et al. *De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

\_\_\_\_\_. *Como trabalhar com raça em sociologia*. Educação e Pesquisa. Vol. 29 n° 1 São Paulo Jan/Jun., 2003.

HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOFBAUER, Andréas. Raça, cultura e identidade e o "racismo à brasileira". In: BARBOSA, L. M. A...et al. *De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o Negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EDUFSCar, 2003.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Edusp, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

STOLCKE, Verena. "Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?" *Estudos Afro-Asiáticos*, (20): 101-119, junho de 1991.

<sup>14</sup> HOFBAUER, Andréas. Raça, cultura e identidade e o "racismo à brasileira". In: BARBOSA, L. M. A. ...et al. *De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o Negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EDUFSCar, 2003.